

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 43.195 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 232.722 mil e Ativos Totais de R\$ 234.479 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para

preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2019	2018	2019	2018
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	131.279	86.798	CIRCULANTE	1.757
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	9.217	86.798	Impostos e Contribuições a Recolher	1.280
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (Nota 6)	122.062	-	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	411
NÃO CIRCULANTE	103.200	105.214	Outras Obrigações	66
Realizável a Longo Prazo	4.509	4.318		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	4.509	4.318	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	232.722
IMOBILIZADO (Nota 7)	98.691	100.896	Capital Social (Nota 8a)	100.000
Propriedade para Investimento	126.986	126.986	Reservas de Lucros (Nota 8b)	132.722
Depreciação Acumulada	(28.295)	(26.090)		
TOTAL	234.479	192.012	TOTAL	234.479

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais		
	2019	2018		Legal	Estatutária				
RECEITAS OPERACIONAIS	48.310	48.538	94.200	23.726	30.575	-	-	-	-
Receitas de Aluguel (Nota 7)	48.310	48.538	5.800	-	(5.800)	-	-	41.834	41.834
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.071)	(4.154)	-	-	-	39.345	(41.437)	-	-
Despesas Tributárias (Nota 10)	(1.773)	(1.773)	-	-	-	-	(397)	(397)	(397)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	(95)	(176)	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações (Nota 7)	(2.205)	(2.205)	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	6.347	4.101	-	-	-	40.625	(42.784)	-	-
Receitas Financeiras (Nota 9)	6.347	4.101	-	-	-	-	(411)	(411)	(411)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	50.586	48.485	-	-	-	-	-	-	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(7.391)	(6.651)	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	43.195	41.834	-	-	-	-	-	-	-
Número de ações	259.170.723	259.170.723	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	166,66	161,41	-	-	-	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Lucro Líquido do Exercício	Outros Resultados Abrangentes	Total do Resultado Abrangente do Exercício	2019	2018	2019	2018
	2019	2018							
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:									
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.586	48.485	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	2.014	1.995	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	2.205	2.205	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Variações Monetárias Líquidas	(191)	(210)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Ajustado	52.600	50.480	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(122.062)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução/Aumento em Tributos a Compensar	(1.139)	(575)	-	-	-	-	-	-	-
(Redução/Aumento em Outras Obrigações)	(38)	34	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.545)	(6.012)	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(77.184)	43.927	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:									
Dividendos Pagos	(397)	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(397)	-	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-
Início do Exercício	86.798	42.871	-	-	-	-	-	-	-
Fim do Exercício	9.217	86.798	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927	43.195	41.834	43.195	41.834	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais				
1) CONTEXTO OPERACIONAL				
A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.				
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS				
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.				
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis				
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.				
2.2) Moeda funcional e de apresentação				
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.				
2.3) Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.				
2.4) Ativos financeiros				
A Companhia classifica seu ativo financeiro sob a categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).				
• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)				
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.				
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posição, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.				
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.				
2.5) Determinação do valor justo				
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.				
2.6) Propriedade para investimento				
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para utilização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.				
As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia revisa periodicamente a estimativa de vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.				
Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.				
Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.				
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.				
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)				
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.				
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.				
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.				
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias				
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:				
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;				
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;				
• Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;				
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.				
2.9) Patrimônio líquido				
a) Lucro por ação				
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.				
b) Dividendos a pagar				
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.				
2.10) Reconhecimento da receita				
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.				
2.11) Receitas financeiras				
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.				
2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)				
A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos				

tributos são calculados considerando à alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para capitalizados.

Atualmente é realizada a avaliação de *impairment* para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.

2.14) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional (1)	4	5
Fundos de investimentos financeiros (2)	9.213	86.793
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.217	86.798

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Refere-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Em 31 de dezembro				
	2019	2018			
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Certificado de depósito bancários - CDB (1)	74.476	47.586	122.062	122.062	-
Total em 2019	74.476	47.586	122.062	122.062	-

(1) Refere-se a Certificado de Depósitos Bancários, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 99,50% e 101,25% do DI, com vencimento em 21/12/2020 e 20/12/2021.

7) IMOBILIZADO

	Em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento:					
Edificações	4%	119.117	(28.295)	90.822	750.680
Terras	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2019		126.986	(28.295)	98.691	750.680
Total em 31 de dezembro de 2018		126.986	(26.090)	100.896	750.680

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14.653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engenbanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.205 (2018 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 48.310 (2018 - R\$ 48.538).

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias	259.170.723	259.170.723
Total	259.170.723	259.170.723

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Reservas de lucros	132.722	98.938
- Reserva legal (1)	29.977	25.818
- Reserva estatutária (2)	104.745	64.120

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Serviços de terceiros.....	18	100
Editais e publicações.....	77	76
Total	95	176

12) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2019	2018		
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	4	-	5	-
Receitas de aluguel:				
Banco Bradesco S.A.....	-	48.310	-	48.538
Banco Bradesco S.A.....	-	46.183	-	46.476
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.....	-	468	-	470
BF Promotora de Vendas Ltda.....	-	-	-	480
Banco Bradesco Financiamentos S.A.....	-	1.658	-	1.112
Dividendos a pagar:				
Miramar Holdings S.A.....	411	-	397	-
Miramar Holdings S.A.....	189	-	182	-
Nova Paiol Participações Ltda.....	222	-	215	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 5.427 (2018 - R\$ 4.884), e R\$ 1.964 (2018 - R\$ 1.767) respectivamente, foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 4.509 (2018 - R\$ 4.318), referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018;

b) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Marcelo da Silva Rego – Contador – CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Andorra Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 19 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 54
São Paulo, sexta-feira, 20 de março de 2020

Página 7

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Andorra Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 43.195 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 232.722 mil e Ativos Totais de R\$ 234.479 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2019	2018
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	131.279	86.798
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (Nota 6).....	9.217	86.798
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo.....	122.062	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	103.200	105.214
IMOBILIZADO (Nota 7)		
Propriedade para Investimento.....	4.509	4.318
Depreciação Acumulada.....	4.509	4.318
TOTAL	234.479	192.012

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	48.310	48.538
Receitas de Aluguel (Nota 7).....	48.310	48.538
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.071)	(4.154)
Despesas Tributárias (Nota 10).....	(1.771)	(1.773)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	(95)	(178)
Depreciações (Nota 7).....	(2.205)	(2.205)
RESULTADOS FINANCEIROS	6.347	4.101
Receitas Financeiras (Nota 9).....	6.347	4.101
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	50.586	48.485
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(7.391)	(6.651)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	43.195	41.834
Número de ações.....	259.170.723	259.170.723
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	166,66	161,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.586	48.485
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	2.014	1.995
Depreciação.....	2.205	2.205
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(191)	(110)
Lucro Líquido Ajustado	52.600	50.480
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado.....	(122.062)	(575)
Redução/Aumento em Tributos a Compensar.....	(1.139)	34
(Redução/Aumento em Outras Obrigações).....	(34)	(34)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.545)	(6.012)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(77.184)	43.927
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(397)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(397)	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927
Início do Exercício.....	86.798	42.871
Fim do Exercício.....	9.217	86.798
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(77.581)	43.927

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
A Andorra Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, compra e venda e locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, como colista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.		
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.		
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.		
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis		
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.		
2.2) Moeda funcional e de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.		
2.3) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.		
2.4) Ativos financeiros		
A Companhia classifica seu ativo financeiro sob a categoria mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		
Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)		
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.		
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.		
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.		
2.5) Determinação do valor justo		
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.		
2.6) Propriedade para investimento		
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.		
As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.		
A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.		
Custo inclui despesa que é diretamente atribuída à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.		
Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.		
Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. O valor recuperável das propriedades por meio das operações futuras é acompanhado periodicamente.		
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na incorporação de controladas é incluído no valor da propriedade para investimento.		
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)		
Os ativos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.		
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.		
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.		
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:		
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo existente. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;		
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;		
• Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e		
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.		
2.9) Patrimônio líquido		
a) Lucro por ação		
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.		
b) Dividendos a pagar		
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.		
2.10) Reconhecimento da receita		
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.		
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.		
2.11) Receitas financeiras		
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.		
2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)		
A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido (32% da receita bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando a alíquota de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e a alíquota de 9% para a CSLL.		
A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.		
2.13) Imobilizado		
Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor de mercado, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se a taxa anual de 4% para edificações.		
Anualmente é realizada a avaliação de <i>impairment</i> para imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável.		
2.14) Outros ativos e passivos		
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis e acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base <i>pro rata</i> dia).		
3) GERENCIAMENTO DE RISCOS		
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, alteração e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.		
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS		
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Normas brasileiras dos auditores para auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.200	23.726	30.575	-	148.501
Aumento de Capital.....	5.800	-	(5.800)	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	41.834	41.834
Destinações - Reservas.....	-	2.092	39.345	(41.437)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(397)	(397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	25.818	64.120	-	189.938
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	43.195	43.195
Destinações - Reservas.....	-	2.159	40.625	(42.784)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(411)	(411)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	100.000	27.977	104.745	-	232.722

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	43.195	41.834
Outros Resultados Abrangentes.....	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	43.195	41.834

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	4	5
Fundos de investimentos financeiros (2).....	9.213	86.793
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.217	86.798

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Em 31 de dezembro				
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Certificado de depósito bancários - CDB (1).....	74.476	47.586	122.062	122.062	-
Total em 2019	74.476	47.586	122.062	122.062	-

(1) Refere-se a Certificado de Depósitos Bancários, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 99,50% e 101,25% do DI, com vencimento em 21/12/2020 e 20/12/2021.

7) IMOBILIZADO

	Em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento:					
Edificações.....	4%	119.117	(28.295)	90.822	750.680
Terenos.....	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2019		126.986	(28.295)	98.691	750.680
Total em 31 de dezembro de 2018		126.986	(26.090)	100.896	750.680

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.

As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia optou por avaliar tais imóveis ao custo histórico deduzido da depreciação acumulada e por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14.653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engebanc - Engenharia e Serviços Ltda. em 2018.

Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do *impairment* para os imóveis da Companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis totalizaram R\$ 2.205 (2018 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 48.310 (2018 - R\$ 48.538).

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias.....	259.170.723	259.170.723
Total	259.170.723	259.170.723

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Reservas de lucros	132.722	89.938
- Reserva legal (1).....	27.977	25.818
- Reserva estatutária (2).....	104.745	64.120

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2019 e 2018 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2019	% (1)	2018	% (1)

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 19 de março de 2020

KPMG
Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 12SP06103/O-4

METALÚRGICA GERDAU S.A.

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 10H30MIN.

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida por Claudio Johannpeter e secretariada por Fábio Eduardo de Pieri Spina, contando, ainda, com a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal. 2. O Conselho de Administração, nos termos do artigo 12, § 3º, "r" do Estatuto Social, após examinar o Relatório de Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, deliberou, por unanimidade dos presentes, deixando de votar os legalmente impedidos, aprovar o Relatório de Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, recomendando a sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária. 3. Nada mais foi tratado. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. Assinaturas: Membros do Conselho de Administração: Claudio Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Vice-Presidentes), Ado Cunha de Moraes Júnior, Fernando Fontes Lunes, Carlos José da Costa André e Gustavo Werneck da Cunha (Conselheiros). Membros do Conselho Fiscal: Gerardo Toffanello, Bolívar Charneski, Tarcísio Beuren, Doris Beatriz Franca Wilhelm e Aramis Sá de Andrade. Fábio Eduardo de Pieri Spina (Secretário). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Fábio Eduardo de Pieri Spina - Secretário. JUCESP sob o nº 136.914/20-2, em 13/03/2020. Gisela Simiema Ceschin. Secretária Geral.

Locaweb Serviços de Internet S.A.

CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Locaweb Serviços de Internet S.A. ("Companhia") para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 11:00 horas do dia 03 de abril de 2020 ("AGE"), na sede social da Companhia, na Rua Itapiraúna, nº 2.434, Bairro da Vila Andrade, CEP 05.070-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre: (i) a aprovação do 16º (dezesseisavo) Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis da Companhia ("16º Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras e Demonstrações Contábeis"), que conferirá direitos de aquisição sobre até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias, sem valor nominal de emissão da Companhia, no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital social da Companhia ou transferência de ações mantidas em tesouraria, e aprovação de seus respectivos anexos, quais sejam: (a) modelo de instrumento contratual de outorga de opção e outras avenças; (b) modelo de comunicação de notificação para exercício(s) de opção(s); e (c) modelo de comunicação de resposta a notificação de exercício(s) pela Companhia; (ii) ratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 04 de dezembro de 2019, registrada na JUCESP em sessão de 18 de dezembro de 2019 sob o nº 645.416/19-6 ("AGE 04.12.2019"), para retificar o erro no número de ações preferências convertidas em ações ordinárias por cada um dos acionistas; e (iii) decorrente da precedente Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2020 ("RCA 19.02.2020"), promover modificação parcial do vigente Estatuto Social da Companhia, sem nova consolidação, apenas para atualizar a expressão de seu capital social em razão do reconhecimento de uma parte do aumento registrado em 19 de fevereiro de 2020, dentro do capital autorizado, por meio da RCA 19.02.2020. 1. **Documentos à disposição dos Acionistas:** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia ("locaweb.com.br"), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ("www.cvm.gov.br") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("www.b3.com.br"), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). 2. **Participação dos Acionistas na AGE:** Poderá participar da AGE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do item 12.2 do vigente Formulário de Referência da Companhia e capítulo IV do vigente Estatuto Social da Companhia. O Acionista que participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGE munidos dos seguintes documentos: (i) um documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) o último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is), caso o Acionista seja pessoa jurídica; (iii) o último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação do referido fundo poderado participar da AGE, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is), caso o Acionista seja fundo de investimento; (iv) comprovante de participação acionária na Companhia, emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGE, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e, se for o caso, (v) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem poderes do representante legal do acionista, outorgada nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia não dispense a reconhecimentos de firma, notificação, consularização e tradução juramentada das produções e documentos dos acionistas estrangeiros, quando aplicável, e não admite procurações outorgadas por meio eletrônico. 3. **Apresentação dos Documentos para Participação na AGE:** Como o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGE, solicita-se aos Acionistas da Companhia que forem participar presencialmente da AGE o depósito dos documentos relacionados acima na sede social da Companhia, na Rua Itapiraúna, nº 2.434, Bairro da Vila Andrade, CEP 05.070-001, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, até às 10h00min, na sede social da Companhia, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **deliberação ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados. 3. Definir o número de membros a serem eleitos para o Conselho de Administração para o próximo mandato anual. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração e fixar a remuneração dos Administradores. 5. Definir o número de membros a serem eleitos para o Conselho Fiscal até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, seus respectivos suplentes e fixar as suas respectivas remunerações. **Em deliberação extraordinária:** 1. Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para alterar a redação do Art. 5º, caput, de modo a refletir os aumentos do capital social deliberados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 04/04/2019, 03/05/2019, 03/06/2019, 04/07/2019, 31/07/2019 e 23/08/2019, em razão de conversões voluntárias de debêntures realizadas nos termos da Cláusula 6.6.2 do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Privada de Debêntures Conversíveis ou Permútáveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, para Colocação Privada, da Metalúrgica Gerdau S.A. **Instruções Gerais:** 1. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("www.cvm.gov.br"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("www.b3.com.br") e de Relações com Investidores da Companhia ("lgerdau.com.br"). 2. Em atendimento ao Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, e, para os efeitos da Instrução CVM nº 165/1991, alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à aprovação da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal facultade, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 141, da Lei nº 6.404/1976. 3. Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, para ser admitido na Assembleia Geral, os Acionistas titulares de ações escriturais ou em custódia deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o consulado brasileiro em seu país de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, deverá entregar, ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, a via física dos boletins relativos à Assembleia Geral devidamente preenchidos, rubricados e assinados, com firma reconhecida, acompanhados dos documentos de representação do Acionista conforme descrito no parágrafo acima. Instruções adicionais sobre o exercício do voto à distância constam do "Eslarecimento para Participação na Assembleia Geral" divulgado pela Companhia juntamente com a Proposta da Administração. O Acionista poderá, ainda, optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de seu respectivo agente de custódia, observando as regras determinadas pelo custodiante, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e pela Comissão de Valores Mobiliários. São Paulo, 18 de março de 2020. Claudio Johannpeter - Presidente do Conselho de Administração.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

CNPJ/MF nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da Metalúrgica Gerdau S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no dia 24 de abril de 2020, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Avenida DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º andar, conjunto 1, parte, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **deliberação ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de resultados. 3. Definir o número de membros a serem eleitos para o Conselho de Administração para o próximo mandato anual. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração e fixar a remuneração dos Administradores. 5. Definir o número de membros a serem eleitos para o Conselho Fiscal até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021. 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, seus respectivos suplentes e fixar as suas respectivas remunerações. **Em deliberação extraordinária:** 1. Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para alterar a redação do Art. 5º, caput, de modo a refletir os aumentos do capital social deliberados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 04/04/2019, 03/05/2019, 03/06/2019, 04/07/2019, 31/07/2019 e 23/08/2019, em razão de conversões voluntárias de debêntures realizadas nos termos da Cláusula 6.6.2 do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Privada de Debêntures Conversíveis ou Permútáveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, para Colocação Privada, da Metalúrgica Gerdau S.A. **Instruções Gerais:** 1. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários ("www.cvm.gov.br"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("www.b3.com.br") e de Relações com Investidores da Companhia ("lgerdau.com.br"). 2. Em atendimento ao Artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, e, para os efeitos da Instrução CVM nº 165/1991, alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à aprovação da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal facultade, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 141, da Lei nº 6.404/1976. 3. Nos termos do Artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, para ser admitido na Assembleia Geral, os Acionistas titulares de ações escriturais ou em custódia deverão depositar, na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária; (ii) se pessoa física, cópia de documento de identidade; e (iii) se pessoa jurídica, cópia de estatuto/contrato social, cópia de ata de eleição dos administradores, devidamente registrados no órgão competente, e cópia de documento de identidade do administrador que se fará presente. Se forem representados por procuradores, deverão, igualmente, depositar o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação. Se pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, todos os documentos deverão ser traduzidos e apostilados ou legalizados perante o consulado brasileiro em seu país de domicílio. Todas as cópias deverão ser autenticadas e todas as assinaturas originais reconhecidas. O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, deverá entregar, ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, em até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, a via física dos boletins relativos à Assembleia Geral devidamente preenchidos, rubricados e assinados, com firma reconhecida, acompanhados dos documentos de representação do Acionista conforme descrito no parágrafo acima. Instruções adicionais sobre o exercício do voto à distância constam do "Eslarecimento para Participação na Assembleia Geral" divulgado pela Companhia juntamente com a Proposta da Administração. O Acionista poderá, ainda, optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de seu respectivo agente de custódia, observando as regras determinadas pelo custodiante, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e pela Comissão de Valores Mobiliários. São Paulo, 18 de março de 2020. Claudio Johannpeter - Presidente do Conselho de Administração.

Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 - NIRE 35.300.348.767

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no próximo dia 30 de março de 2020, às 8h, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, a fim de: **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) examinar proposta de Diretoria para alterar o estatuto social, no art. 7º, elevando de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo de mandato da Diretoria; (ii) restabelecer a ordem cronológica dos atos societários registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, para sanar bloqueio administrativo. **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2019; (ii) deliberar sobre proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2019 e distribuição de juros sobre o capital próprio; (iii) eleger os membros da Diretoria da Sociedade; (iv) fixar a remuneração dos Administradores. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** este Edital de Convocação e as Propostas da Diretoria encontram-se à disposição dos acionistas na Sede da Sociedade e no Banco Bradesco S.A., Instituição Financeira Depositária das Ações da Sociedade, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, São Paulo, SP, 18 de março de 2020. Marcelo de Araújo Noronha - Diretor Geral.

SIDERÚRGICA SÃO JOAQUIM S/A

CNPJ (MF) nº 45.365.541/0001-51 - NIRE nº 35.300.059.259

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Siderúrgica São Joaquim S/A para se reunirem em A.G.O./E. a ser realizada, em 1ª convocação no dia 28 de abril de 2020, às 9:00 horas, na sede social à Via Anaguera, km 383,5 em São Joaquim da Barra-SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Ordinariamente:** (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da sociedade relativas ao exercício findo em 31/12/2019; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (c) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Sociedade; e (d) Fixar verba global de remuneração dos administradores e a individual dos membros do conselho fiscal. **Extraordinariamente:** (a) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, incluindo cláusula estabelecendo o quórum de maioria dos acionistas para a aprovação de transformação societária; e (b) outros assuntos de interesse da companhia. **Mais aos Acionistas:** Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se trata o Artigo 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019. São Paulo, 18 de março de 2020.

Nilo Alfredo Zuzzi - Presidente do Conselho de Administração (18, 19 e 20/3)

DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

C.N.P.J. Nº 62.464.904/0001-25

AVISO DE LICITAÇÃO

POE 024/19 - Segunda Republicação - Proc. nº 66.245/2019 - Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial do edifício da DERSA - **Abertura: 01/04/2020 às 10:00 h.**

A Sessão Pública de processamento do Pregão será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br no dia acima. O Edital será disponibilizado para consulta e download a partir de 20/03/2020 nos sites www.dersa.sp.gov.br, www.imprensaoficial.com.br e www.bec.sp.gov.br. Oferta de Compra (OC) nº: 163201160912020C00011 Departamento de Licitações.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Logística e Transportes

METALÚRGICA GERDAU S.A.

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 19h30min DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2020.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, e, ainda, com a participação do Conselho Fiscal. 2. A reunião foi presidida por Claudio Johannpeter e secretariada por Fábio Eduardo de Pieri Spina. 3. O Conselho, nos termos do § 1º do artigo 29 do Estatuto Social, por unanimidade e "ad referendum" da próxima Assembleia Geral Ordinária, após deliberação, resolveu aprovar a proposta da Diretoria, de 17/02/2020, de crédito, em 28/02/2020, e pagamento aos acionistas, a partir de 12/03/2020, a título de dividendos complementares referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, calculados à razão de R\$ 0,02 por ação, ordinária e preferencial, inscrita nos registros da Instituição Depositária das Ações da Sociedade, na data do crédito, o que, considerando-se as ações em circulação na presente data, representa a cifra de R\$ 21.619.700,08. 4. Nada mais foi tratado. São Paulo, 18 de fevereiro de 2020. Assinaturas: Claudio Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Vice-Presidentes), Ado Cunha de Moraes Júnior, Fernando Fontes Lunes, Carlos José da Costa André e Gustavo Werneck da Cunha (Conselheiros). Fábio Eduardo de Pieri Spina (Secretário). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Fábio Eduardo de Pieri Spina - Secretário. JUCESP sob o nº 136.721/20-5, em 13/03/2020. Gisela Simiema Ceschin. Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS - PRESENCIAL E ONLINE
1º Público Leilão: 30/março/2020, às 11h00 - 2º Público Leilão: 31/março/2020, às 11h00

Local do leilão: Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Palmeiras, Campinas/SP

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - MARCELO EDILDO FERREIRA PIROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, faz saber, através do presente Edital, autorizado pela Credora Fiduciária, LOTEAR LOTEAMENTOS SPE LTDA., CNPJ nº 14.303.504/0001-95, vender em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, em consonância com os artigos 26 e 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, alterada pelas Leis Federais nºs 10.931/04, 13.043/14 e 13.465/17 o imóvel: LOTE DE VALORES: 1º LEILÃO: 526.692,89. 2º LEILÃO: R\$ 306.720,75. FASE I, tendo como nome fantasia Loteamento TERRA CAXAMBU, Bairro de Ivoturucaia, Jundiaí/SP, com as seguintes medidas e confrontações: 25,00m, de frente para a Avenida Um, do lado direito 40,00m, confrontando com o lote 07 da quadra H, do lado esquerdo 40,00m, confrontando com o Lote 05 da quadra H, fundos 25,00m, confrontando com a Vial 5, perfazendo uma área de 1.000,00m², matrícula imobiliária nº 145.950 do 2º CRI de Jundiaí. CCM: 70.040.0006. Consolidação da propriedade em 05.03.2020. **VALORES: 1º LEILÃO: 526.692,89. 2º LEILÃO: R\$ 306.720,75.** Pagamento à vista. Os valores serão atualizados até a data dos leilões e foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado nas cláusulas contratuais. O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. **Débitos: tributos municipais (IPTU) R\$ 13.069,98 (03/20).** O imóvel está desocupado não existindo construções. eventual ocupação irregular de desconhecimento do comitente, desde que não seja arrematante. A venda é feita "ad corpus", fica a fiduciária, **Rufato Contabilidade Ltda.-NE, CNPJ: 19.182.464/0001-94**, intimada das datas dos leilões pelo presente edital. Os interessados deverão verificar as condições e documentos imobiliários do imóvel, ônus e ações judiciais em andamento, bem como tomar conhecimento da sua situação antes da realização do leilão. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior. As demais regras de participação do leilão estão disponíveis no portal da Silveira Leilões, e com elas concordando tacitamente todos que porventura oferecerem lances.

Outras informações: Tel: (19) 3794-2030
e-mail: contato@silveiraileiloes.com.br | www.silveiraileiloes.com.br

Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 45.453.214/0001-51 - NIRE 33.300.26694-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente edital, ficam convocados os Senhores Titulares de Ações Farmacêuticas S.A. ("Companhia") para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 22 de abril de 2020, às 11:00h, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Aryer Serra, 2.150 - Bloco P, 3º andar, Barra da Tijuca (AGO), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, em conformidade com as alterações publicadas nos sites "Valor Econômico" e "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" nos dias 19 de março de 2019; (iii) proposta dos administradores para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iv) eleger o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) instalar o Conselho Fiscal para o exercício a ser encerrar em 31 de dezembro de 2020; (vi) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, uma vez instalado o órgão; (vii) indicar o Presidente do Conselho Fiscal, uma vez eleitos seus membros; e (viii) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício social de 2020. **Instruções Gerais:** 1. Poderá participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia; (ii) possivelmente; (iii) por seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fidejussiva, conforme dispõe o artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ou (iv) pela vontade de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Unibanco S.A. ou diretamente à Companhia, de acordo com o previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"). 1. Para participar da AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, na Avenida Aryer Serra, 2.150 - Bloco P, 3º andar, Barra da Tijuca, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, contados da data da realização da AGE: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais ou em custódia fidejussiva, conforme dispõe o artigo 126 das Leis das Sociedades por Ações; e (ii) documento de identificação ou constatação do acionista, conforme o caso, acompanhados de instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à AGE munido dos documentos referidos nos itens (i) e (ii), até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. III. Encontrar-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações com investidores da Companhia - www.profarma.com.br, bem como nos websites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - www.bovespa.com.br e da Comissão de Valores Mobiliários - www.cvm.gov.br, todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este Edital de Convocação e a Proposta da Administração para as matérias a serem examinadas na AGE. IV. A Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para eventual solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Rio de Janeiro, 19 de março de 2020. Dan Luschke - Presidente do Conselho de Administração.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 31ª E 32ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 31ª e 32ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora"), em atenção à Cláusula 13.2, do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários da 31ª e 32ª Séries da 1ª Emissão da Emissora ("Termo de Securitização"), a ser reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de Titulares dos CRI ("AGECRI"), a ser realizada, em primeira convocação, em 07 de abril de 2020, às 11:00 horas, na sede da Emissora, situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Santo Amaro, nº 48, 1º andar, conjunto 12, Itaim Bibi, CEP 04506-000, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) medidas a serem tomadas em razão do não envio, pela Cedente ao Agente Fiduciário e à Emissora (i) das notificações previstas na cláusula 14.2 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, celebrado em 28 de fevereiro de 2014 ("Termo de Cessão") e (ii) da aplicação de Seguros do Imóvel oneroso (ii) No caso de não decretação da "Resolução Valenciana II", nos termos da Cláusula 3ª do Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido no Termo de Securitização), bem como acarrete no Vencimento Antecipado da Emissão; (iii) decretar, ou não, realização da Aquisição Compulsória dos Créditos Imobiliários, em razão do descumprimento da obrigação de recompra compulsória dos respectivos Contratos Imobiliários (conforme definido no Termo de Securitização) que possuem inadimplência superior a 03 (três) prestações, conforme previsto na alínea "vi", da Cláusula 6.4, do ("Contrato de Cessão"), bem como na cláusula 9.1ª alínea "vii" do Termo de Securitização, bem como a consequente amortização extraordinária dos CRI; (iv) No caso de não decretação da realização da Aquisição Compulsória da totalidade dos Créditos Imobiliários inadimplentes; (iii) a) autorizar a Valenciana II - Urbanizadora SPE Ltda ("Cedente") a incluir, a título de reforço de crédito, novos contratos imobiliários do empreendimento Condomínio Garden Club, localizado na Cidade de Silvânia, Estado de Goiás, o qual encontra-se não performado, com 33% (trinta e três por cento) de obras realizadas, de acordo com os dados apresentados pela Cedente na assembleia, desde que respeitados os critérios de elegibilidade descritos no Contrato de Cessão e mantidas as mesmas condições anteriormente pactuadas, inclusive com relação ao adquirente; e (iii) b) autorizar a Cedente a efetuar os pagamentos das parcelas vencidas e vincendas relacionadas aos Contratos Imobiliários inadimplentes, adequando suas condições àquelas do Contrato de Cessão; (iv) autorizar, ou não, a contratação da Maximus Servicer Assessoria e Consultoria Imobiliária Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.894.972/0001-23 ("Maximus"), nos termos da proposta a ser apresentada na assembleia, para a execução dos serviços de cobrança de créditos inadimplentes, uma vez que atualmente toda a cobrança de inadimplência e relacionamento encontra-se com a Cedente; (v) prorrogar, ou não, a Data de Vencimento Final dos CRI, e consequentemente, autorizar a alteração da Tabela de Amortização dos CRI; e (vi) aprovar a eleição, pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Titulares dos CRI, da última das diligências legais do novo empreendimento, incluindo aditivos e instrumentos necessários para atendimento dos itens acima mencionados. **Informações Gerais:** Os Titulares dos CRI deverão encaminhar a PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), cópia dos documentos comprobatórios de sua representação e suas respectivas quantidades de CRI para e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de realização da AGE. No dia de realização da AGE, os representantes dos Titulares dos CRI deverão se apresentar com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade e dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail. São Paulo, 18 de março de 2020. TRUE SECURITIZADORA S.A.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE
DATA: 1º Público Leilão - 20/03/2020 às 10h00 | 2º Público Leilão - 07/04/2020 às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Mat. Juceps 715, autorizada por CHI XLVI INCORPORADÓRES LTDA. - CNPJ: 10.250.179/0001-99, venderá em 1º ou 2º Público Leilão, na forma do art. 63, §1º a 5º da Lei 4.591/64, c/c incisos V, L, V, L, B do art. 1º da Lei 4.864/65, os direitos sobre a Escritura de Promessa de Compra e Venda (FIT e construção), relativos à unidade: ***APARTAMENTO Nº 110, BLOCO Nº 08 - EDIFÍCIO ULUWATU do empreendimento OASIS RESERVA DE MORAR, Av. Professor Florestan Fernandes nº 1.036, antigo Caminho de Jacó, Cambinho, Niterói/RJ. FIT: 0.0011959, com direito ao uso de 02 vagas de garagem. Matrícula nº 35.154 - 16ª Rf de Niterói/RJ. 1º LEILÃO: R\$ 1.373.013,10. 2º LEILÃO: R\$ 969.406,07. O arrematante pagará à vista: Arremate; 5% leiloeira; débitos dominial/IPTU; despesas a partir da data da arrematação; custas cartorárias; impostos transmissão para lavratura e registro da escritura e cancelamento do registro da promessa de venda e compra na matrícula. Venda "ad corpus". Lavratura de escritura em até 180 dias da data da arrematação. UNIDADE DESOCUPADA, eventual ocupação irregular, desocupação a cargo exclusivo do arrematante. A comitente terá preferência na forma da lei. Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital Completo disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: (19) 3295-9777, www.peciniileiloes.com.br ou contato@peciniileiloes.com.br.**

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35
AVISO AOS ACIONISTAS

A COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP comunica aos senhores acionistas, na forma do art.